

Memórias de uma conversa interrompida: Neusa Santos Souza e a solidão do pioneirismo

BENILTON BEZERRA JR.*

Há palavras que se recusam a ser ditas, que parecem inadequadas e impotentes diante de certas experiências. Lembro-me da dificuldade de escolher cada termo quando escrevi o e-mail que enviaria a todos os nossos amigos comuns. Como anunciar o inaceitável? Como dar forma ao que desafia qualquer tentativa de compreensão? “É muito difícil escolher as palavras num momento como esse”, foi como comecei, antes de revelar que Neusa havia decidido partir. A notícia se espalhou rapidamente, arrastando pessoas perplexas, tomadas de surpresa, para a frente de sua casa. Eu mesmo precisei ver com meus próprios olhos para acreditar no que um amigo comum me havia anunciado abruptamente pelo telefone.

O tempo foi sorrrateiramente fazendo a perplexidade pairar para além de sua decisão final. Talvez Neusa sempre tivesse sido alguém que guardava em si uma complexidade que nos escapava mesmo na intimidade das longas conversas que muitos tivemos em torno de sua mesa. Essa era uma arte que ela cultivava com enorme prazer e imensa habilidade, a capacidade de criar encontros e fazer com que as pessoas se descobrissem umas às outras através de sua mediação generosa. Mas talvez houvesse mais em seu espírito do que aquilo que ela compartilhava com a alegria que era a sua marca. Foi Camus quem disse que o suicídio era o único problema filosoficamente sério, porque nos coloca de forma inarredável na encruzilhada entre a necessidade humana de encontrar sentido e a aparente ausência de sentido no universo. Há suicídios que entendemos. Há outros que nos assombram.

* Psicanalista, Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ).

As palavras que se seguem são uma tentativa de arrodar o meu assombro. Não para tentar elucidá-lo, mas para dar voz a ele, para falar de impressões que nunca poderei transmitir a ela.

O encontro no manicômio

Comecei a conviver mais com Neusa no início dos anos 80, no então Centro Psiquiátrico Pedro II, no Engenho de Dentro, hoje IMAS Nise da Silveira. Éramos parte de uma geração que viveu intensamente a construção do movimento antimanicomial que viria a resultar na implantação da Reforma Psiquiátrica brasileira. O CPP II era um universo complexo e contraditório, tal como Roma com suas múltiplas temporalidades: de um lado, o Museu do Inconsciente de Nise da Silveira, onde pacientes circulavam livremente e tinham espaço para criar; de outro, um hospital cujo diretor se orgulhava de recordes anuais de eletrochoques em ambulatório.

Era um período de intensa experimentação e muito entusiasmo, possibilitado por uma estratégia política que permitiu a chegada ao Centro de muitos profissionais comprometidos com o ideário da luta antimanicomial e com as lutas pela redemocratização do país. Vivíamos as micropolíticas de resistência ao regime ditatorial que ainda deixava suas marcas no funcionamento das instituições. Muita gente importante na Reforma Psiquiátrica passou pelo CPP II: Paulo Amarante, Jurandir Freire Costa, Edmar Oliveira, Pedro Gabriel Delgado, Lula Wanderley, Ariadne Mendes, entre muitos outros. Era um caldeirão efervescente de ideias e práticas inovadoras.

O CPP II se distribuía em um conjunto de unidades hospitalares no interior de um imenso quarteirão murado. A luta pela transformação daquele espaço passava pelo progressivo desmonte do sistema manicomial: os espaços fechados, a cronificação dos pacientes, o uso abusivo de psicofármacos, o uso indiscriminado de ECTs. Tentávamos abrir “clareiras” dentro das unidades fechadas, criar respiros de humanidade em meio à maquinaria asilar.

Para se ter uma ideia do que essa maquinaria significava, basta lembrar que até pouco tempo antes de nossa chegada, ainda se praticavam os chamados “miudinho” e “puladinho” – variações sádicas do eletrochoque que

funcionavam como formas violentas de controle dos pacientes. O “miudinho” significava a aplicação do ECT em intensidade baixa para não produzir perda da consciência, transformando o procedimento em tortura pura e simples. O “puladinho” era a aplicação com o paciente em pé, provocando o “pulo” causado pelo espasmo súbito induzido pela passagem da corrente elétrica pelo cérebro.

Nesse cenário de disputas e experimentações, Neusa fazia parte do amplo grupo de ativistas que abriram portas, criaram espaços de liberdade, atraíram estudantes para estagiar, levaram pacientes para fora dos muros e formularam programas de atualização que atingiam desde médicos até porteiros e pessoal da limpeza, com reuniões em grupos e assembleias que reuniam centenas de pessoas. Trabalhava no Odilon Gallotti, um dos hospitais em que experiências inovadoras foram acontecendo nas enfermarias e ambulatórios, criando um contraste radical com as práticas manicomialis que ainda persistiam em outras unidades do complexo.

O jeito Neusa de fazer política

Mas havia algo particular no modo como ela habitava aquele espaço de luta: sua capacidade de transformar a resistência política em convivência genuína, em festa. Porque com Neusa, sempre havia festa. Na verdade, esta era uma das características não só do grupo, mas do modo como se fazia política na época. Resistência, ativismo e celebração eram elos de uma mesma corrente. E quando se tratava de celebrar, Neusa estava lá com sua risada contagiante, com sua alegria exuberante quando estava entre muitos – mas também com sua preferência pelo que ela chamava de “*petit comité*”.

É que Neusa privilegiava a conversa desarmada, franca e suave; séria, mas divertida; tranquila, mas imprevisível, que só acontece numa atmosfera de intimidade e confiança. E isso ela sabia criar. Tinha um jeito particular de falar, pronunciando as palavras como se as estivesse polindo para facilitar sua compreensão pelo interlocutor. Cada frase parecia cuidadosamente elaborada, não por afetação, mas por uma cortesia genuína com quem a escutava. Era esse mesmo cuidado que ela estendia às reuniões em sua casa, aos encontros em torno de pratos especiais.

Neusa demonstrava uma impaciência visceral com os salamaleques da convivência institucional, com as hierarquias vazias e os rituais burocráticos que emperravam o verdadeiro trabalho de transformação. Preferia sempre o encontro direto, a conversa franca, a possibilidade de criar algo novo a partir do que emergia espontaneamente entre as pessoas. Essa postura política se expressava tanto na resistência às estruturas manicomiais quanto na criação de novos modos de estar junto. Para ela, a transformação passava antes pela qualidade da relação, pela construção de vínculos vivos e pela invenção de situações concretas de troca.

A arte de reunir pessoas

Sua casa era um território especial, onde ela exercitava com maestria a arte de reunir pessoas. Promovia encontros onde desconhecidos se transformavam, através de sua habilidade como anfitriã, em amigos de longa data. Era uma espécie de alquimia social que ela cultivava com enorme prazer e imensa habilidade. Lembro-me também das muitas tardes em torno de sua mesa, compartilhando a moqueca de carne com dendê e pimenta que ela mesma fazia e que só comi lá – algo inseparável de minhas memórias daqueles encontros.

A importância dos amigos e o espírito gregário de Neusa se manifestavam de formas múltiplas. Não se tratava apenas de sociabilidade, mas de uma compreensão sincera de que o pensamento e a vida se constroem em relação, no encontro com o outro, na partilha de experiências e afetos. Suas reuniões tinham algo de ritual: a escolha cuidadosa dos convivas, a preparação especial da comida, a criação de um ambiente que favorecesse o encontro genuíno. Essa mesma capacidade de criar encontros transbordava para o campo clínico. Na Casa Verde, uma clínica para tratamento de pacientes graves em regime de convivência diária onde trabalhou, Neusa estendia essa capacidade de criar encontros para seu trabalho clínico. Promovia periodicamente almoços temáticos com seus pacientes, acompanhados de amigos e parentes – pratos mexicanos, indianos, africanos ou italianos, tudo era pretexto. Na partilha de momentos em torno da comida, pacien-

tes e pessoas queridas guardavam momentos de felicidade genuína. Era sua forma de cuidar: através do encontro, da conversa, da mesa compartilhada.

Esses almoços sempre me pareceram expressar uma compreensão sofisticada do que significa tratar: não apenas aplicar técnicas terapêuticas, mas criar condições para que as pessoas possam experimentar formas renovadas de estar no mundo, de se relacionar, de descobrir prazeres e possibilidades que a doença mental, no caso dos pacientes, e a rotina do cotidiano, no caso dos amigos, haviam obscurecido. A comida funcionava como mediadora cultural, como ponte entre mundos diferentes, como convite à descoberta e ao prazer compartilhado.

Identidade e ancestralidade

Neusa sempre se apresentou como cidadã do mundo, tinha referências cosmopolitas, mas a Bahia lhe havia dado, como ela mesma dizia, citando Gil, “régua e compasso”. Sua identidade afro-nordestina-brasileira não era apenas um dado biográfico, mas algo que ela cultivava com orgulho e consciência política.

A viagem que fez à África não foi turismo, mas um projeto existencial. Representava a busca de uma origem que não se confundia com nostalgia ou romantização, mas com o desejo de compreender as matrizes culturais que informavam sua própria experiência como mulher negra no Brasil. Era coerente com o seu trabalho intelectual, essa necessidade de compreender os processos de constituição da subjetividade em contextos marcados pelo racismo e pela violência colonial. Essa busca identitária se articulava organicamente com outro traço marcante de sua personalidade: um refinado gosto pela arte. Neusa conhecia bem a produção artística afro-brasileira, acompanhava o movimento cultural baiano, tinha opinião formada sobre música, literatura, artes plásticas. Não era um interesse superficial ou folclórico, mas uma compreensão profunda da arte como expressão de resistência e afirmação cultural.

A intelectual inquieta

Conversar com Neusa era sempre uma experiência estimulante e imprevisível. Sua curiosidade intelectual nos levava a discussões bastante animadas que transitavam livremente entre banalidades e questões teóricas densas, como as relações entre linguagem e mundo. Às vezes ficávamos horas discutindo pragmatismo e estruturalismo, e como essas perspectivas incidiam sobre o modo de conceber a vida psíquica e agir sobre ela. Ela tinha um jeito muito próprio de articular referências teóricas complexas com situações concretas do cotidiano clínico e político, o que tornava as conversas com ela algo difícil de interromper.

Neusa nutria um encanto especial por Nietzsche e pela beleza do efêmero. Com ela aprendi um jeito de olhar a vida e o mundo que conjugava rigor intelectual com abertura para o inesperado, para aquilo que escapa às categorizações convencionais. Foi ela a primeira que me fez imaginar a possibilidade da mistura de Lacan com os orixás – uma operação teórica e existencial que revelava sua capacidade de driblar becos sem saída metafísicos e usar a imaginação para criar sentidos – essas coisas que inventamos para poder levar sobre o abismo sem fundo do sem sentido.

Essa capacidade de articular tradições teóricas aparentemente díspares revelava uma liberdade intelectual que ela preservava ciosamente – Neusa era, acima de tudo, um espírito livre. Talvez para preservar essa liberdade, nunca se filiou a nenhuma escola ou sociedade de psicanálise. Transitava entre grupos e espaços que se caracterizavam por uma posição crítica em relação às ortodoxias: mantinha proximidade e parcerias com colegas de várias orientações, de institucionalistas a lacanianos, passando por amigos filiados à IPA, mas sempre preservando sua autonomia em relação a arranjos e políticas institucionais.

Creio que essa posição de independência não era apenas uma escolha pessoal, mas uma condição que julgava necessária para o tipo de trabalho intelectual que ela desenvolveu. Sua originalidade de pensamento exigia uma liberdade de movimento entre diferentes campos do saber que as filiações institucionais poderiam comprometer. Foi uma estratégia intelectual que lhe permitiu criar algo genuinamente novo na psicanálise brasileira.

"Tornar-se negro": a obra pioneira

Essa liberdade intelectual se cristalizou em seu livro *Tornar-se negro*, publicado em 1983, obra que iluminou de maneira inovadora a compreensão psicanalítica das questões raciais no Brasil. A contribuição mais original de Neusa Santos Souza pode ser percebida no capítulo dedicado ao Narcisismo e Ideal de Ego. Ao reconhecer a branquitude como elemento estruturante e organizador das formas socialmente aceitas de convivência, ela escolheu o conceito psicanalítico de ideal do eu como chave teórica para decifrar os impactos do racismo na constituição subjetiva negra.

Era uma abordagem pioneira, que conjugava rigor psicanalítico com análise sociocultural de um modo que poucos se atreviam a fazer naquele momento. O livro revelava uma compreensão sofisticada da psicanálise como ferramenta de análise social, mas sem perder de vista a singularidade da experiência subjetiva, revelada nas falas de seus sujeitos de pesquisa. Era um trabalho que antecipava em décadas discussões que hoje são centrais no campo psicanalítico, mas que na época da publicação encontrou reservas e resistência nesse campo justamente por ousar sair dos limites estreitos da clínica individual. Foi no Movimento Negro que o livro obteve aceitação e circulação. Não à toa, ela decidiu lançar o livro no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN). A escolha do local para o lançamento foi estratégica e significativa, pois Neusa Santos Souza era uma figura ativa no Movimento Negro e sabia da importância de seu trabalho para essa comunidade. Neusa conduziu discussões sobre o tema no IPCN ao longo de um ano. Foi a sua presença continuada entre os militantes do Movimento Negro que preparou seu resgate no cenário intelectual a partir dos anos 2000.

A originalidade da contribuição de Neusa estava em mostrar como a violência do racismo opera não apenas através da exclusão social, mas através da introjeção de ideais de eu que tornam impossível ao sujeito negro uma relação positiva consigo mesmo, com seu corpo, com seus ideais e possibilidades identificatórias. Como Jurandir Freire Costa destacou no prefácio ao livro, o ideal do eu branco funcionaria como organizador psíquico que condena o sujeito negro a uma posição de inferioridade constitutiva, geran-

do sofrimentos psíquicos específicos que não poderiam ser compreendidos adequadamente sem levar em conta a dimensão racial.

No entanto, o percurso de recepção da obra de Neusa foi marcado por um desencontro significativo com seus dois principais espaços de atuação profissional: a psicanálise e o movimento da Reforma Psiquiátrica. Se entre os psicanalistas o livro encontrou resistência por ousar articular subjetividade e racialidade, no campo da Reforma e do Movimento Antimanicomial, igualmente, a centralidade da questão racial só viria a ganhar espaço muito mais tarde. Naquele momento, o debate racial ainda não atravessava de modo consistente as práticas e reflexões do campo da saúde mental coletiva. Foi apenas a partir da emergência, nos anos 2000, de políticas públicas de ação afirmativa e de uma reconfiguração mais ampla do cenário cultural, político e jurídico brasileiro – com o surgimento de novos atores sociais que passaram a insistentemente levantar o véu com o qual o pacto da branquitude recobria até mesmo movimentos de vocação emancipatória – que a questão racial passou a ser reconhecida como um eixo transversal das lutas por cidadania e por saúde, e um operador conceitual fundamental para o entendimento dos processos de constituição subjetiva, especialmente num país como o nosso. Assim, Neusa experimentou, em ambos os campos, o mesmo tipo de isolamento e de incompreensão quanto à relevância de sua reflexão. Somente no seio do Movimento Negro, onde sua obra foi desde o início recebida com entusiasmo e compreensão, ela encontrou o reconhecimento pleno que em seus outros círculos de pertencimento profissional só chegou mais tarde.

O distanciamento da própria obra

O modo como *Tornar-se negro* foi recebido parece ter deixado marcas importantes no espírito de Neusa. Em uma entrevista realizada em 2008 no programa Espelho, conduzida por Lázaro Ramos, Neusa revelou uma posição crítica surpreendente em relação ao próprio trabalho. Com o avanço de seus estudos psicanalíticos, havia chegado à conclusão de que não via mais como conciliar o sujeito do inconsciente da psicanálise com a questão ra-

cial, que sempre implica grupos e a uma lógica coletiva. O livro lhe parecia retrospectivamente um exercício de “psicanálise aplicada” – um modo cuidadoso de dizer que não se tratava exatamente de psicanálise. Questionada, chegou a afirmar que não republicaria o livro, esse mesmo que hoje se tornou um clássico da literatura psicanalítica brasileira.

Creio que essa mudança de posição revela algo doloroso sobre o contexto intelectual da época. Neusa, que havia produzido uma obra genuinamente inovadora, sentia-se pressionada a enquadrar seu trabalho nos cânones ortodoxos da psicanálise de então. A crítica que fazia ao próprio livro como “psicanálise aplicada” ecoava as resistências que havia encontrado no meio psicanalítico, onde predominava uma visão estreita do que constituía trabalho psicanalítico legítimo.

É quase inevitável admitir que essa autocrítica não expressava apenas alguma evolução intelectual do seu pensamento, mas era possivelmente o reflexo de uma pressão exercida por um campo que não soube reconhecer a originalidade de sua contribuição. No caso da psicanálise, o cânone hegemônico da época, com sua ênfase na universalidade da estrutura, oferecia pouco espaço para análises que levassem em conta determinações socioculturais específicas na constituição subjetiva. A Reforma Psiquiátrica, por sua vez, surgiu fortemente influenciada pela antipsiquiatria inglesa, a psiquiatria democrática italiana e a psicanálise francesa, movimentos surgidos em contextos sociopolíticos em que a questão racial não tinha importância central. Havia uma tendência a tratar o sofrimento psíquico em sua dimensão universal, como traço da condição humana, sem atenção para as interseções entre loucura e raça – que, no entanto, estavam à vista de qualquer um que circulasse no universo manicomial brasileiro.

Hoje é forçoso reconhecer que a ausência da questão racial tanto na psicanálise hegemônica da época, quanto na Reforma Psiquiátrica, não foi um “esquecimento” acidental, mas resultado de estruturas de poder que operavam (e ainda operam) na sociedade e atravessam o universo psicanalítico e o campo da saúde mental. Essa lacuna revela como mesmo movimentos progressistas puderam reproduzir exclusões levados por uma espécie de semi-analfabetismo racial e pela força do desmentido – esse mecanismo de defesa que parece um traço estrutural da formação social brasileira. A re-

cepção inicial de *Tornar-se negro* foi, em grande medida, uma expressão disso. E parece tê-la atingido fortemente, a ponto de não cogitar republicá-lo.

Ainda assim, é importante lembrar que Neusa jamais abandonou completamente a reflexão sobre a questão racial. Mesmo nos anos em que expressava reservas em relação ao próprio livro, ela seguia produzindo textos e tomando a palavra em espaços públicos. Um exemplo é o artigo que escreveu no mesmo ano de 2008 para o *Correio da Baixada*, justamente no dia 13 de maio, data que marca a Abolição da escravatura no Brasil. Nele, Neusa reafirmava com entusiasmo os avanços e conquistas da população negra, celebrando sobretudo os ganhos subjetivos: “Nesses 120 anos, tivemos muitas vitórias, conquistamos muitas coisas, especialmente um amor por nós mesmos, uma alegria, um orgulho de sermos o que somos: brasileiros negros – negros de muitos tons de cor de pele, efeito da mistura, que é uma bela marca da sociedade brasileira”. Esse testemunho confirma que a questão racial permaneceu para ela um tema central de preocupação e reflexão, mesmo quando os contornos teóricos de sua elaboração anterior já não lhe pareciam totalmente satisfatórios.

A questão dos pares

Alguns meses depois dessa entrevista, em 20 de dezembro de 2008, Neusa decidiu partir. O jantar poucos dias antes, a normalidade aparente, depois a incredulidade quando recebi a notícia pelo telefone. A necessidade de ver com meus próprios olhos o que parecia impossível de acontecer. Minha primeira reação ao escutar a notícia foi dizer convicto: “Só pode ser engano, ela jamais faria isso”.

Por muito tempo me acompanhou um sentimento compartilhado por muitos de seus amigos próximos: o que foi que não enxerguei? Fazendo emergir um sofrimento que aludia a um certo sentimento de culpa, uma ideia que jamais havia habitado meu espírito passou a me assombrar: a de que Neusa era, de fato, de algum modo, sozinha. Passei a conjecturar se, talvez, lidar com a fria repercussão inicial, entre seus pares, de um livro que lhe era tão caro, lidar com as reticências do campo psicanalítico da época

em relação a uma obra que ousava sair da clínica individual, a tinham lançado num estado difícil de equacionar. Ainda hoje, com o crescente interesse de psicanalistas em repensar questões raciais, ainda é difícil ser negra nesses espaços. Neusa era uma mulher negra, nos círculos psicanalíticos, a sustentar um tema que não se sustenta só. Será que Taiasmin Ohnmacht tem razão ao se perguntar se o que faltou de maneira profunda e decisiva para Neusa foi a presença de pares?

Penso em Isildinha Nogueira, que também viveu no Brasil uma experiência similar como psicanalista negra trabalhando com questões raciais. Talvez o fato de Isildinha ter vivido na França e ter sido acolhida em sua reflexão pelos pares de lá tenha lhe dado algo que faltou a Neusa. O que é ser um par? É possível que Neusa, que tinha tantos amigos, tivesse, na verdade, se sentido os pares intelectuais que buscou quando entregou o *“Tornar-se negro”* ao mundo? Como um espírito livre como o dela chegou a considerar essa obra, hoje de referência na literatura psicanalítica brasileira, como um trabalho em psicanálise que não merece exatamente esse nome? O quanto terá custado a ela retrair seu investimento anímico no livro a ponto de se recusar a falar dele? E para quê?

A diferença entre ter amigos e ter pares é fundamental. Amigos oferecem afeto, companhia, apoio emocional. Pares oferecem algo diferente: reconhecimento intelectual, validação teórica, interlocução qualificada. Neusa tinha muitos amigos que a amavam, mas talvez tenha carecido de pares que à época compreendessem e reconhecessem plenamente a importância de seu trabalho.

O custo do pioneirismo

Em que medida o imaginário psicanalítico da época, tirando as exceções notáveis, promoveu a reticência em relação à obra de Neusa? O argumento de que “isso não é bem psicanálise” pode ter custado a ela muito mais do que suspeitávamos. Ser pioneira é sempre ocupar um lugar solitário, mas ser pioneira como mulher negra em numa cultura predominantemente branca e masculina pode ter sido um fardo difícil de carregar, mesmo entre amigos.

Será que o esforço de “permanecer no campo da clínica da psicanálise”, e com isso se afastar do livro e de sua temática, terá cobrado um preço psíquico que se revelou impossível de suportar – um preço que talvez eu mesmo não tenha conseguido enxergar? Será excessivo supor que sua decisão final foi a expressão de uma dor que ela ocultou enquanto pôde, até não poder mais?

A violência do não reconhecimento pode ser mais devastadora que a violência explícita. Quando alguém produz uma obra importante e essa obra é desqualificada ou ignorada pelos pares, isso atinge algo fundamental na economia psíquica. Para alguém que depositou tanto investimento em seu trabalho intelectual, a invalidação desse trabalho pode ter tido efeitos catastróficos.

O indizível que permanece

Mas supor que havia uma causa que não percebi para seu gesto não seria ainda uma tentativa de imaginar uma redenção possível, mesmo que não alcançada, que fazia de seu gesto e de minha cegueira erros que poderiam ter sido evitados? Talvez todas essas interrogações digam mais sobre mim do que sobre ela. Talvez sejam a expressão da imensa dificuldade que é aceitar que nem tudo pode ser compreendido, que há zonas de mistério que resistem a qualquer tentativa de elucidação. Lembro-me das conversas que tínhamos em torno de sua mesa, quando eu voltava para casa carregado de interrogações sem resposta sobre mim mesmo. Talvez este exercício atual de tentar compreendê-la seja apenas uma forma de continuar aquelas conversas, de manter vivo um diálogo que a morte interrompeu, mas não encerrou.

Como observou Clarice Lispector pela voz de GH, a linguagem é o esforço humano com o qual construímos o mundo. Mas a linguagem tem seus limites, e ela lembra que é justamente quando ela falha que obtemos o que ela não conseguiu alcançar. Por destino buscamos compreender e por destino “voltamos com as mãos vazias – mas voltamos com o indizível”. Talvez seja isso o que resta deste exercício de tentar entender Neusa: não uma explicação que esclareça o mistério, mas o reconhecimento e a aceitação de que há algo nela – e na vida – que resiste a qualquer tentativa de apreensão total.

Neusa permanecerá entre nós na memória de sua generosidade, de sua capacidade de reunir pessoas, de sua coragem intelectual, de sua risada que ainda ecoa nas mesas em que nos reunimos. Permanece no legado e no impacto profundo de seu livro mais importante, finalmente reconhecido como uma referência fundamental na discussão do racismo.

Resta-nos também a certeza de que alguns mistérios são para ser habitados, não decifrados. O indizível que era Neusa continua presente, não apesar do fracasso de nossa linguagem em capturá-la completamente, mas exatamente por causa dele. E talvez seja justamente esse indizível que faz com que seu legado continue vivo, provocando novas interrogações, inspirando novos encontros, mantendo aberta a possibilidade do pensamento livre que ela tanto cultivou.

Junho 2025

Benilton Bezerra Jr.

beniltonjr@gmail.com

Rio de Janeiro - RJ - Brasil